Imprimir

Salvar

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MT000026/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/02/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002552/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 10212.200286/2024-75
DATA DO PROTOCOLO: 29/01/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND.DOS TRABALHADORES NOTRANSP.RODOVIARIO DO NORTE MT, CNPJ n. 32.944.076/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IVANOR ANTONIO FIORI;

E

RODOVIVA TRANSPORTES LTDA, CNPJ n. 12.765.131/0015-44, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). NELSON PAULINHO BLOMKER;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **profissional composta por todos os trabalhadores empregados de empresas de transportes de passageiros urbanos, suburbanos, rodoviários, turismo e fretamento, de transporte de carga, bem como todos trabalhadores celetistas na condição de categoria diferenciada- Art. 511,3º da CLT- que exerçam as funções de motorista e ajudante de motorista empregados em empresas dos demais ramos de atividade (comércio, indústria, associações, fundações, comunicações, bancárias, financeiras, de ensino e do setor público), com abrangência territorial em Sorriso/MT.**

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO****CLÁUSULA TERCEIRA - DA CESTA BÁSICA/VALE GÁS/CARTÃO ALIMENTAÇÃO**

A partir de 1º de janeiro de 2024, a empresa Acordante concederá a todos funcionários, independentemente de cargo ou função, auxílio alimentação, por meio de cartão/ticket alimentação, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), em substituição a cesta de produtos alimentícios prevista na Cláusula Décima Sétima da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Parágrafo Primeiro: De igual forma, e como complemento ao benefício alimentação, a empresa concederá por meio do cartão alimentação, meio vale gás mensal no valor de R\$80,00 (oitenta reais) a todos funcionários, independentemente de cargo ou função, em substituição ao vale gás previsto na cláusula décima sétima, parágrafo nono da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.

Parágrafo Segundo: O benefício do auxílio alimentação será entregue mensalmente e não possuirá natureza salarial, não integrando o salário para nenhum efeito legal, regendo-se pelas instruções do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) instituído pela Lei 6.321/76.

Parágrafo Terceiro: A participação financeira dos empregados fica limitada a 0,5% (meio por cento) do valor direto do cartão quando o trabalhador for associado ao Sindicato Laboral, e até 20% (vinte por cento) valor direto do cartão quando o trabalhador não for associado ao Sindicato Laboral.

Parágrafo Quarto: O saldo do cartão/ticket alimentação será cumulativo sendo que o saldo remanescente de um mês será creditado no mês subsequente, e assim sucessivamente.

Parágrafo Quinto: O saldo do cartão/ticket alimentação será liberado até o dia 10 do mês subsequente ao trabalhado, sendo que o atraso na liberação do valor ensejará multa de 10% (dez por cento) sob o valor do cartão, mais juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

Parágrafo Sexto: Os custos concernentes a emissão e/ou reemissão do cartão/ticket alimentação, qualquer que seja o motivo da reemissão, será arcado pela empresa acordante.

Parágrafo Sétimo: Fará jus ao benefício cartão/ticket alimentação aquele empregado que no decorrer do mês não tenha nenhuma falta injustificada ao trabalho, sendo que, o benefício será apurado mensalmente e a entrega até o 10º dia do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Oitavo: Os empregados que estiverem em tratamento médico, com afastamento superior a 15(quinze dias), seja a expensas da empresa ou do INSS, tem o direito a receber cesta básica idêntica à dos demais empregados nos 03 (três) primeiros meses. Para as empregadas em licença maternidade o benefício da cesta básica será concedido por um período de 04 (quatro) meses.

Parágrafo Nono: Por ocasião de demissão, terá direito ao benefício referente à cesta básica o empregado que tiver trabalhado parcela igual ou superior a 15 (quinze) dias no mês. Em caso de contratação até o dia 15 (quinze) de cada mês, o empregado fará jus ao benefício no mês subsequente e caso for contratado após o dia 15 (quinze), fará jus ao benefício no segundo mês da contratação.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO CUMULATIVO PARA O EMPREGADO MOTORISTA

A partir de 1º de janeiro de 2024 fica acordado que, por se tratar de uma grande maioria de empregados motoristas, que residem em outros estados fora da base matriz do empregador, e com a aprovação por unanimidade dos funcionários presentes e que por opção individual poderá aderir em acumular folgas semanais remuneradas pelo período máximo de até 03 (três meses) podendo o mesmo solicitar todas as folgas em um único período por necessidade de cada um, como também fica assegurado o direito as folgas semanais.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA E ASSOCIATIVA DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão de todos os seus empregados, a título de contribuição confederativa, o percentual de 1,30% (um vírgula trinta por cento) por mês e apurado sobre o valor do salário base.

Parágrafo Primeiro: Ao desconto previsto nesta cláusula, fica assegurado o direito de oposição do empregado, o qual poderá ser exercido a qualquer momento, mediante a manifestação pessoal na sede do sindicato, cessando o desconto após a manifestação do empregado e sendo válidos os descontos já efetuados, nos moldes da composição amigável homologada na Ação Civil Pública de nº. 00056.2007.001.23.00-0, promovida pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, perante a 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá/MT.

Parágrafo Segundo: A empresa descontará dos trabalhadores associados ao sindicato, mediante autorização, o percentual de 2% (dois por cento) do salário base a título de Contribuição Social a partir do pagamento relativo à sua adesão.

Parágrafo Terceiro: Os trabalhadores que forem filiados e que contribuem com a mensalidade social ficam isentos do pagamento da Contribuição Confederativa.

Parágrafo Quarto: A empresa fica obrigada a efetuar o desconto e a efetuar o repasse do valor relativo aos descontos da Contribuição Social e da Contribuição Confederativa até o 10º dia útil subsequente ao descontado, juntamente com a relação nominal dos empregados, o salário base do trabalhador, função e os respectivos valores descontados, sob pena de multa equivalente a somados salários base de todos os seus empregados no período respectivo à omissão, arcando ainda as empresas com o ônus pelo prejuízo causado ao sindicato, conforme previsão legal, sem prejuízo da aplicação da multa por descumprimento.

Parágrafo Quinto: Caso as empresas sejam condenadas a ressarcir os descontos da Contribuição Confederativa, o Sindicato Laboral que foi beneficiado reembolsará a empresa com o valor repassado a entidade, de acordo com a liquidação da sentença, desde que, a mesma informe o Sindicato Laboral sobre a ação em que o seu empregado buscou o referido ressarcimento sendo que o mesmo também não poderá usufruir dos benefícios concedidos ao longo das negociações e recolhimentos, e que também deverá devolver os benefícios adquiridos.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, apurado em regular processo judicial ou administrativo, a parte infratora será penalizada com uma multa no valor equivalente ao maior piso salarial previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, a qual será revertida por metade ao Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Norte de Mato Grosso - SINTTRONORMAT e a outra metade em favor do empregado prejudicado, não sendo cumulativa por cláusula descumprida, mas sim por trabalhador atingido.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

A parte interessada na renovação do presente ACT se compromete em enviar proposta com antecedência mínima de dois meses da data prevista para o término de vigência do presente Instrumento Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Primeiro: As partes reconhecem que as regras constantes no presente ACT possui prevalência sobre as regras da CCT de registro nº MT000218/2023, desde que tratem sobre mesmo tema.

Parágrafo Segundo: Conservam-se a plenitude dos direitos e efeitos das demais regras estipuladas na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 não objetos de alteração na presente negociação. Não tendo o presente acordo o poder de suprimir, alterar e/ou modificar o direito lá garantido.

Parágrafo Terceiro: Os valores oras acordados serão reajustados sempre na data-base do acordo coletivo ou através de termo aditivo no caso de inflação acima dos moldes atuais ou se pesquisa de preço da empresa e empregados da região justificar reposição que se dará no mês subsequente.

}

**IVANOR ANTONIO FIORI
PRESIDENTE
SIND.DOS TRABALHADORES NOTRANSP.RODOVIARIO DO NORTE MT**

**NELSON PAULINHO BLOMKER
SÓCIO
RODOVIVA TRANSPORTES LTDA**

ANEXOS ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.